REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO Nº , DE 2024

(Da Sra. Coronel Fernanda)

Requer que sejam prestadas, pela Ministra do Meio Ambiente e Mudança do Clima, Sra Maria Osmarina Marina da Silva Vaz de Lima, informações sobre o cumprimento de determinações do Decreto 11.687/2023.

Senhor Presidente,

Requeiro a Vossa Excelência, com base no art. 50, § 2°, da Constituição Federal e na forma dos arts. 115 e 116 do Regimento Interno, pela Exma. Ministra do Meio Ambiente e Mudança do Clima, Sra Maria Osmarina Marina da Silva Vaz de Lima, informações sobre situação do cumprimento do decreto nº 11.687, de 5 de setembro de 2023.

Nesses termos, requisita-se:

Diante da ausência de atendimento aos próprios ditames do decreto que não estão sendo atendidos, respeitosamente, questionamos:

- 1- Qual o valor dos recursos destinados para apoiar o programa?
- 2- Qual a origem dos recursos?
- 3- Como é realizado o financiamento dos Municípios na prevenção, no monitoramento, no controle e na redução dos desmatamentos e da degradação florestal no Bioma Amazônia?
- 4- Quais os Municípios que aderirem ao Programa?
- 5- Onde se encontra a lista dos Municípios?
- 6- Se no sítio eletrônico do MMA, em qual local?

Praça dos Três Poderes - Câmara dos Deputados - Anexo IV, 2º andar, gabinete 242 dep.coronelfernanda@camara.leg.br







Gabinete da Deputada Coronel Fernanda

- 7- O Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima publicará e manterá atualizada, em seu sítio eletrônico, lista positiva de imóveis rurais privados localizados no Bioma Amazônia e inscritos no Cadastro Ambiental Rural CAR, atendendo o inciso I do artigo 2º do decreto?
- 8- Quais foram as ações de prevenção, monitoramento, controle e redução de desmatamentos e degradação florestal?
- 9- As ações estão sendo tomadas somente no Bioma Amazônia? Não sendo, quais os outros biomas e atos concretos tomados?
- 10- Qual área total de floresta desmatada?
- 11- Qual área total de floresta desmatada nos últimos três anos?
- 12- Qual foi o aumento da taxa de desmatamento em pelo menos três, dos últimos cinco anos?
- 13- Qual foi área total de alertas de degradação florestal? Quando foram os alertas e como se deram? Foram devidamente divulgados?
- 14- Quem são os membros do Grupo de Trabalho da Soja (GTS)?
- 15-O Governo Federal, através do Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima faz parte do Grupo de Trabalho da Soja (GTS)?
- 16-Qual é papel do MMA neste pacto e como tem atuado neste acordo privado?

JUSTIFICAÇÃO

A Moratória da Soja é um acordo estabelecido pelas empresas signatárias de não adquirir soja de fazendas com lavouras em desmatamentos realizados após 22 de julho de 2008 no bioma Amazônia visando eliminar o desmatamento da cadeia de produção da soja.

O decreto nº 11.687, de 5 de setembro de 2023, em seu artigo 2ª determina:

Art. 2º Para fins do disposto no art. 1º, o Ministro de Estado do Meio Ambiente e Mudança do Clima editará anualmente ato com lista de







Gabinete da Deputada Coronel Fernanda

Municípios localizados no Bioma Amazônia, os quais são considerados prioritários para as ações de prevenção, monitoramento, controle e redução de desmatamentos e degradação florestal.

Parágrafo único. A lista de que trata o caput será elaborada de acordo com o histórico de desmatamento e degradação florestal verificado pelo Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais - Inpe, com base nos seguintes critérios:

- I área total de floresta desmatada;
- II área total de floresta desmatada nos últimos três anos;
- III aumento da taxa de desmatamento em pelo menos três, dos últimos cinco anos; e
- IV área total de alertas de degradação florestal.

Ao estatuir lista positiva de imóveis rurais que não tenham desmatado a partir de julho de 2008 o Decreto extrapolou claramente o seu poder regulamentar, além de invadir tema reservado a lei ordinária, uma vez que para alterar texto do Código Florestal somente por outro instrumento normativo da mesma hierarquia é que qualquer modificação poderia ser aventada.

Além da inconteste invasão de reserva legal, o Decreto nº 11.687/23 afronta diretamente comando normativo inserido no Código Florestal já que aqueles que realizaram conversão de sua área, mesmo que legalmente autorizadas após 2008 estarão, automaticamente, dentro de uma lista negativa e arcarão com as pesadas punições e restrições advindas daí.





Gabinete da Deputada Coronel Fernanda

O Código Florestal (art. 3°, III) conceitua Reserva Legal como a área localizada no interior de uma propriedade ou posse rural, delimitada nos termos do art. 12, com a função de assegurar o uso econômico de modo sustentável dos recursos naturais do imóvel rural, auxiliar a conservação e a reabilitação dos processos ecológicos e promover a conservação da biodiversidade, bem como o abrigo e a proteção de fauna silvestre e da flora nativa. Assim, todo imóvel rural deverá manter percentuais em relação à área do imóvel, com cobertura de vegetação nativa.

Portanto, faz-se necessário que a Ministra do Meio Ambiente e Mudança do Clima, Sra Maria Osmarina Marina da Silva Vaz de Lima apresente informações para que este Parlamento cumpra o seu papel fiscalizador e de acompanhamento das ações realizadas e planejadas pelo Poder Executivo e assim podermos contribuir na busca de soluções nos planejamentos e ações para sanar os absurdos do Decreto nº 11.687/23.

Sala das Sessões, em de de 2024.

Deputada Coronel Fernanda

PL-MT



